# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49

Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF — Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado — Mantenedor - desde 2010 — IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

O ano de 2015 foi marcado por uma piora no cenário econômico e retração acentuada da indústria automobilística. O Banco Volkswagen, entretanto, apoiado em uma trajetória de quase 60 anos, segue com uma significativa participação no financiamento de veículos e foi responsável por 42,5% de todos os veículos novos vendidos pelo Grupo Volkswagen. Vale destacar o fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen segue desenvolvendo planos com condições e taxas atrativas, forma pela qual vem alcançando resultados importantes: total de ativos de R$ 23,1 bilhões e operações de crédito e arrendamento mercantil de R$ 19,3 bilhões.

### DESTAQUES DO ANO

- Maior banco de montadora no Brasil, 16º colocado entre as instituições financeiras privadas e 20º no ranking dos 50 maiores bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil referente a 30 de setembro de 2015.
- Responsável pelo financiamento de 42,5% de todos os veículos novos vendidos pelo Grupo Volkswagen, sendo 45,3% no segmento de caminhões e ônibus e 42,3% no segmento de automóveis.
- Quarta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R$ 500 milhões, atingindo a melhor performance de custo desde sua primeira emissão.
- Terceira oferta pública de FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios no valor de R$ 1,0 bilhão.
- Rating de crédito brAA- em escala nacional, segundo classificação da Standard & Poor's de março de 2016.
- Índice de Basileia de 18,9% em 31 de dezembro de 2015.

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen estão em linha com as diretrizes do Grupo Volkswagen, que valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.
As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2015 somaram R$ 19,3 bilhões, com concentração de 91% entre os ratings AA, A, B e C, reafirmando seu histórico na manutenção da qualidade da carteira.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Gestão colegiada**

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui uma estrutura de comitês de gestão que decidem de forma colegiada os assuntos relevantes. Adicionalmente, o Comitê Executivo tem como uma das principais atribuições assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas. Os comitês de gestão realizam todo o suporte e o acompanhamento para a execução das iniciativas atreladas ao plano estratégico.

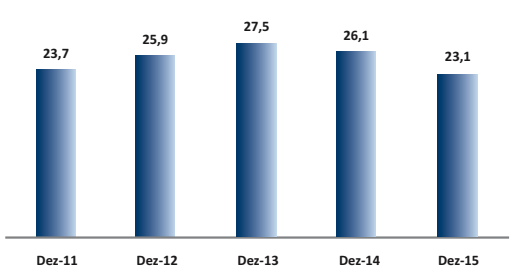
Na busca constante das melhores práticas do mercado, o Banco Volkswagen participa ativamente dos mais relevantes fóruns de discussão e entidades do setor financeiro.

**Compromisso com as regulamentações do setor**

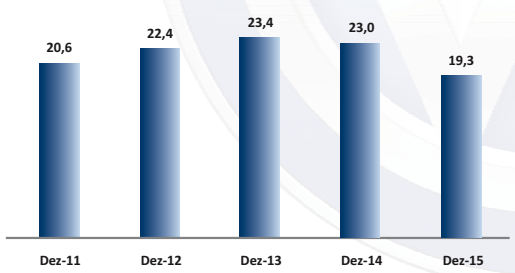
O Banco Volkswagen, como parte de um Grupo atuante em cerca de 50 países, adota práticas que atendem às necessidades da Matriz e órgãos reguladores de atividades financeiras na Alemanha.

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

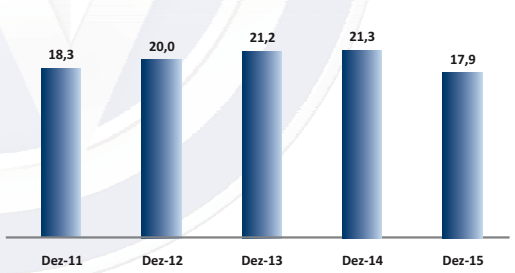
**TOTAL DE ATIVOS**
**(R$ bilhões)**



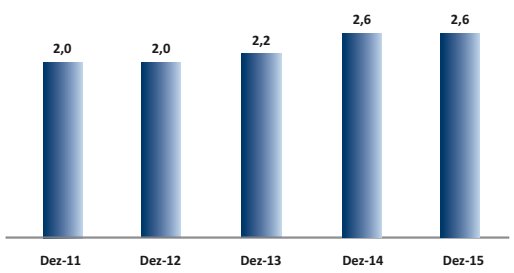

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**
**(R$ bilhões)**




**CAPTAÇÃO**
**(R$ bilhões)**




**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**(R$ bilhões)**




## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

### ATIVO

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **12.986.756** | **14.180.936** |
| Disponibilidades | 11.217 | 20.247 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3) | 1.790.078 | 1.464.726 |
| Aplicações no mercado aberto | 1.630.320 | 1.464.726 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 159.758 | - |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 577.875 | 208.247 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 577.875 | 208.247 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 9.644.802 | 11.311.530 |
| Operações de crédito - setor privado | 9.227.963 | 11.277.250 |
| Operações de crédito vinculadas a cessão | 801.156 | 380.896 |
| Provisão para operações de crédito - setor privado | (384.317) | (346.616) |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 6) | (2.901) | (3.941) |
| Arrendamentos a receber - setor privado | 63.463 | 99.637 |
| Rendas a apropriar de arrendamento mercantil | (62.858) | (98.516) |
| Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado | (3.506) | (5.062) |
| Outros créditos | 873.067 | 1.044.529 |
| Créditos tributários (Nota 18 (a)) | 555.889 | 554.984 |
| Títulos e créditos a receber (Nota 6) | 61.300 | 233.225 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6) | (309) | (1.187) |
| Diversos (Nota 7) | 256.187 | 257.507 |
| Outros valores e bens | 92.618 | 135.598 |
| Despesas antecipadas (Nota 8) | 37.722 | 89.771 |
| Outros valores e bens | 54.896 | 45.827 |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | **9.622.755** | **11.311.519** |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 196.740 | 142.631 |
| Carteira própria (Nota 4) | 177.461 | 113.224 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 19.279 | 29.407 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 8.493.574 | 10.377.579 |
| Operações de crédito - setor privado | 8.601.076 | 10.625.448 |
| Operações de crédito vinculadas a cessão | 462.927 | 254.821 |
| Provisão para operações de crédito - setor privado | (570.429) | (502.690) |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 6) | (1.499) | (3.377) |
| Arrendamentos a receber - setor privado | 38.042 | 63.093 |
| Rendas a apropriar de arrendamento mercantil | (37.203) | (62.813) |
| Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado | (2.338) | (3.657) |
| Outros créditos | 916.663 | 736.062 |
| Créditos tributários (Nota 18 (a)) | 412.315 | 297.396 |
| Diversos (Nota 7) | 504.348 | 438.666 |
| Outros valores e bens | 17.277 | 58.624 |
| Despesas antecipadas (Nota 8) | 17.277 | 58.624 |
| **PERMANENTE** | **489.179** | **558.999** |
| Investimentos | 267.721 | 185.577 |
| Investimento em controlada (Nota 9) | 267.721 | 185.577 |
| Imobilizado de uso - líquido de depreciação | 6 | 46 |
| Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g)) | 178.593 | 329.301 |
| Bens arrendados | 301.543 | 489.578 |
| Depreciações acumuladas | (122.950) | (160.277) |
| Intangível | 42.859 | 44.075 |
| Ativos intangíveis - líquido de amortização | 42.859 | 44.075 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **23.098.690** | **26.051.454** |

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **11.168.902** | **10.931.508** |
| Depósitos (Nota 10) | 1.401.378 | 2.861.790 |
| Depósitos interfinanceiros | 94.886 | 278.336 |
| Depósitos a prazo | 1.306.492 | 2.583.454 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11) | 1.962.384 | 988.601 |
| Recursos de letras financeiras | 1.962.384 | 988.601 |
| Obrigações por empréstimos (Nota 12) | 3.347.601 | 2.420.377 |
| Empréstimos no país | 199.217 | - |
| Empréstimos no exterior | 3.148.384 | 2.420.377 |
| Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13) | 3.060.995 | 3.465.279 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 484 | - |
| Outras obrigações | 1.396.060 | 1.195.461 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 4.354 | 4.351 |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 14) | 64.118 | 193.467 |
| Credores por antecipação de valor residual (Nota 6) | 47.812 | 117.313 |
| Provisão para passivos contingentes (Nota 14) | - | 780 |
| Dívidas subordinadas (Nota 15) | 377.334 | 297.894 |
| Diversas (Nota 16) | 902.442 | 581.656 |
| **EXIGÍVEL A LONGO PRAZO** | **9.112.523** | **12.309.992** |
| Depósitos (Nota 10) | 509.852 | 914.169 |
| Depósitos a prazo | 509.852 | 914.169 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11) | 835.657 | 1.728.072 |
| Recursos de letras financeiras | 835.657 | 1.728.072 |
| Obrigações por empréstimos (Nota 12) | 274.890 | 763.753 |
| Empréstimos no país | 78.596 | - |
| Empréstimos no exterior | 196.294 | 763.753 |
| Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13) | 4.490.058 | 6.024.115 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 11.763 | 21.332 |
| Outras obrigações | 2.990.303 | 2.858.551 |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 14) | 573.788 | 555.543 |
| Credores por antecipação de valor residual (Nota 6) | 14.476 | 29.237 |
| Provisão para passivos contingentes (Nota 14) | 255.502 | 157.304 |
| Dívidas subordinadas (Nota 15) | 699.699 | 907.587 |
| Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15) | 912.948 | 890.919 |
| Diversas (Nota 16) | 533.890 | 317.961 |
| **RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS** | **215.195** | **188.584** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)** | **2.602.070** | **2.621.370** |
| Capital social de domiciliados no país | 1.307.883 | 1.307.883 |
| Reserva de lucros | 1.294.187 | 1.313.487 |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **23.098.690** | **26.051.454** |

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| | 2º semestre 2015 | Exercícios 2015 | Exercícios 2014 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **2.318.195** | **4.412.468** | **3.645.465** |
| Operações de crédito | 1.466.956 | 2.954.604 | 2.896.854 |
| Operações de arrendamento mercantil | 79.226 | 228.045 | 559.046 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 100.318 | 211.708 | 171.646 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 671.695 | 1.018.111 | 17.919 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **(1.806.153)** | **(3.309.859)** | **(2.491.174)** |
| Operações de captação no mercado | (444.038) | (899.470) | (918.313) |
| Operações de empréstimos e repasses | (1.016.441) | (1.684.675) | (537.252) |
| Operações de arrendamento mercantil | (50.990) | (178.478) | (508.783) |
| Operações de venda de ativos financeiros | (17.664) | (37.755) | (96.985) |
| Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g)) | (277.020) | (509.481) | (429.841) |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **512.042** | **1.102.609** | **1.154.291** |
| **OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS** | **(293.359)** | **(628.479)** | **(563.960)** |
| Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 (e)) | 41.331 | 84.680 | 101.654 |
| Despesas de pessoal | (1.985) | (4.131) | (4.480) |
| Outras despesas administrativas (Nota 20 (b)) | (217.212) | (392.673) | (379.373) |
| Despesas tributárias | (38.786) | (73.756) | (26.595) |
| Resultado de participação em controlada (Nota 9) | 47.147 | 82.144 | 8.317 |
| Outras receitas operacionais (Nota 20 (c)) | 243.305 | 293.742 | 328.746 |
| Outras despesas operacionais (Nota 20 (d)) | (367.159) | (618.485) | (592.229) |
| **RESULTADO OPERACIONAL** | **218.683** | **474.130** | **590.331** |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20 (f))** | **(19.393)** | **(30.265)** | **(22.629)** |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO** | **199.290** | **443.865** | **567.702** |
| Imposto de renda (Nota 18) | (10.656) | (61.897) | (94.221) |
| Contribuição social (Nota 18) | 80.068 | 48.732 | (62.805) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS** | **268.702** | **430.700** | **410.676** |
| Lucro líquido por ação do capital social no fim do semestre / exercícios - R$ | 0,86 | 1,38 | 1,31 |

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| | 2º semestre 2015 | Exercícios 2015 | Exercícios 2014 |
|---|---|---|---|
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | |
| Lucro líquido do semestre / exercícios | 268.702 | 430.700 | 410.676 |
| Ajustes ao lucro líquido: | | | |
| Amortizações e depreciações | 4.316 | 9.051 | 12.853 |
| Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos | 2.449 | 2.449 | - |
| Resultado de participação em controlada | (47.147) | (82.144) | (8.317) |
| Provisão para devedores duvidosos | 277.020 | 509.481 | 429.841 |
| Resultado de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital | 100.578 | 204.220 | 199.606 |
| Resultado de obrigações por empréstimos | 881.863 | 1.423.965 | 296.440 |
| Provisão para outros valores e bens | 3.326 | 7.457 | 9.231 |
| Ajustes de passivos fiscais e previdenciárias e provisão para passivos contingentes | (735) | 65.671 | 66.040 |
| Tributos diferidos | (107.847) | (136.462) | 80.779 |
| **LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS** | **1.382.525** | **2.434.388** | **1.497.149** |
| Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | (298.705) | (423.737) | (77.109) |
| Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil | 1.137.324 | 3.103.903 | 9.636 |
| Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens | 129.310 | 281.131 | 659.057 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (58.893) | (96.699) | (333.056) |
| **VARIAÇÃO DE ATIVOS** | **909.036** | **2.864.598** | **258.528** |
| Aumento (redução) em depósitos | (720.190) | (1.864.730) | (3.526.498) |
| Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos | 178.104 | 81.367 | 1.167.076 |
| Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME | (946.409) | (1.938.340) | 684.855 |
| Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos | (62.382) | (9.085) | 8.003 |
| Aumento (redução) em obrigações por empréstimos | (776.650) | (985.603) | 1.193.494 |
| Aumento (redução) em outras obrigações | 851.034 | 478.000 | (1.513.702) |
| Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros | 35.983 | 26.611 | (21.958) |
| **VARIAÇÃO DE PASSIVOS** | **(1.440.510)** | **(4.211.780)** | **(2.008.730)** |
| **(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **851.051** | **1.087.206** | **(253.053)** |
| Redução (aumento) de investimento em controlada | - | - | (55.000) |
| Aquisição de ativo intangível | (4.837) | (10.245) | (26.236) |
| **(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **(4.837)** | **(10.245)** | **(81.236)** |
| Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital | - | (310.639) | 57.492 |
| Dividendos pagos | (286.167) | (286.167) | - |
| Juros sobre capital próprio pagos | (163.833) | (163.833) | - |
| **(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **(450.000)** | **(760.639)** | **57.492** |
| **(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **396.214** | **316.322** | **(276.797)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 1.405.081 | 1.484.973 | 1.761.770 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b)) | 1.801.295 | 1.801.295 | 1.484.973 |
| **(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **396.214** | **316.322** | **(276.797)** |

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| | Capital social realizado | Reserva de lucros: Subvenção de incentivos fiscais | Reserva de lucros: Reserva legal | Reserva de lucros: Reserva especial de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2013** | 1.307.883 | 18.515 | 75.407 | 808.889 | - | 2.210.694 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 410.676 | 410.676 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 20.534 | - | (20.534) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | 390.142 | (390.142) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2014** | 1.307.883 | 18.515 | 95.941 | 1.199.031 | - | 2.621.370 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 430.700 | 430.700 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 21.535 | - | (21.535) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | 245.332 | (245.332) | - |
| Dividendos pagos (R$ 0,91 por ação) | - | - | - | (286.167) | - | (286.167) |
| Juros sobre capital próprio (R$ 0,52 por ação) | - | - | - | - | (163.833) | (163.833) |
| **Em 31 de dezembro de 2015** | 1.307.883 | 18.515 | 117.476 | 1.158.196 | - | 2.602.070 |
| **Em 30 de junho de 2015** | 1.307.883 | 18.515 | 104.041 | 1.199.031 | 153.898 | 2.783.368 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 268.702 | 268.702 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 13.435 | - | (13.435) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | 245.332 | (245.332) | - |
| Dividendos pagos (R$ 0,91 por ação) | - | - | - | (286.167) | - | (286.167) |
| Juros sobre capital próprio (R$ 0,52 por ação) | - | - | - | - | (163.833) | (163.833) |
| **Em 31 de dezembro de 2015** | 1.307.883 | 18.515 | 117.476 | 1.158.196 | - | 2.602.070 |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em milhares de reais

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2016.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.
Em atendimento à Resolução CMN nº 3.786/09 e à Circular BACEN nº 3.472/09, foram preparadas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo divulgadas separadamente das demonstrações financeiras individuais.
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para devedores duvidosos, para passivos contingentes, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**(a) Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Disponibilidades - depósitos bancários | 11.217 | 20.247 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | |
| Aplicações no mercado aberto | 1.630.320 | 1.464.726 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 159.758 | - |
| | 1.801.295 | 1.484.973 |

**(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo**
Demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data de balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

**(d) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**
A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as normas do CMN e instruções do BACEN.
As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias, são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.
De acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08, as operações de crédito cedidas desde 1 de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito (Nota 6) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 16). Para cada operação, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.
Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas originadas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

**(e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:
I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

**(f) Ativo permanente**
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**(g) Operações de arrendamento mercantil**
**I - Imobilizado de arrendamento**
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.
**II - Perdas em arrendamentos**
As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no ativo diferido, mas, para fins de divulgação, estão classificadas em imobilizado de

continua...

...continuação

# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49

Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado Mantenedor - desde 2010 IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
### Em milhares de reais

arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas, líquidas das amortizações, no montante de R$ 5.095 (2014 - R$ 5.903) foram classificadas para a linha de bens arrendados. Os ganhos são registrados no resultado.

**III - Superveniência/(insuficiência) de depreciação**

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A despesa de insuficiência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 104.518 (2014 - R$ 315.481) e no segundo semestre de 2015 é de R$ 19.028 e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 62.337 (2014 - R$ 166.855) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

**(h) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

**(i) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para o imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015. O passivo tributário diferido decorre principalmente da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

Em 2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, que determinou o aumento da CSLL de 15% para 20% temporariamente, compreendendo o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/2013), que manteve as alterações relativas a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sem acarretar efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição. A referida Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre:

(i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

(ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

**(j) Resultado de exercícios futuros**

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

**(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

III - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

**(l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram registradas como "outras despesas operacionais", perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros no montante de R$ 2.449 (2014 - nil).

## 3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| | Aplicações no mercado aberto | | Aplicações em depósitos interfinanceiros |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2015 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 153.747 | - | - |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 906.453 | 1.064.610 | - |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 570.120 | 400.116 | - |
| Pós-fixado DI | - | - | 159.758 |
| | 1.630.320 | 1.464.726 | 159.758 |

Todas as operações acima possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. As aplicações no mercado aberto referem-se, a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

| Início | FIDC | 2015 | 2014 |
|---|---|---|---|
| 07/2012 | Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos ("FIDC Driver One") | 45.481 | 53.355 |
| 12/2013 | Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos ("FIDC Driver Two") | 39.859 | 59.869 |
| 12/2015 | Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos ("FIDC Driver Three") | 92.121 | - |
| | | 177.461 | 113.224 |

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

| 2015 | 2º semestre | | | | Exercício |
|---|---|---|---|---|---|
| Tipo | Receita (Despesa) | Valor nocional | Ativo | (Passivo) | Receita (Despesa) |
| Swap - Pré x DI | (5.049) | 1.254.438 | 697 | (484) | (9.976) |
| Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado | 676.744 | 2.837.625 | 596.457 | (11.763) | 1.028.087 |
| | 671.695 | | 597.154 | (12.247) | 1.018.111 |
| Circulante | | | 577.875 | (484) | |
| Realizável/exigível a longo prazo | | | 19.279 | (11.763) | |

| 2014 | | | | Exercício |
|---|---|---|---|---|
| Tipo | Valor nocional | Ativo | (Passivo) | Receita (Despesa) |
| Swap - Pré x DI | 663.312 | - | (562) | (7.333) |
| Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado | 2.819.550 | 237.654 | (20.770) | 25.252 |
| | | 237.654 | (21.332) | 17.919 |
| Circulante | | 208.247 | - | |
| Realizável/exigível a longo prazo | | 29.407 | (21.332) | |

***Hedge***

A estratégia de *hedge* da Instituição é se proteger da variação cambial dos empréstimos no exterior, referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pela Instituição em 31 de dezembro são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

***Hedge* de risco de mercado**

Para se proteger da exposição à variação cambial do Euro e Dólar proveniente da contratação de empréstimos no exterior, a Instituição possui contratos de swap a vencer até 2017 com valor nocional no montante de R$ 2.837.625 (2014 - R$ 2.819.550). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado de R$ 1.028.087 (2014 - positivo em R$ 25.252). Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

**(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Operações de crédito | 19.093.122 | 22.538.415 |
| Operações de arrendamento mercantil | 117.749 | 184.152 |
| Outros créditos - títulos e créditos a receber | 61.300 | 233.225 |
| | 19.272.171 | 22.955.792 |

**(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil**

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD) | 1.444 | 1.401 |
| Bens arrendados | 296.448 | 483.675 |
| Depreciação acumulada de bens arrendados | (185.287) | (327.132) |
| Superveniência de depreciação | 62.337 | 166.855 |
| Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual) | 5.095 | 5.903 |
| Credores por antecipação de valor residual | (62.288) | (146.550) |
| Valor presente da carteira | 117.749 | 184.152 |

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2020 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R$ 99.030 (2014 - R$ 202.404), sendo que desse total R$ 62.288 (2014 - R$ 146.550) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

**(c) Operações de crédito vinculadas a cessão**

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios", e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 16). Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

**i) Valor presente a época**

| | Data início | Ativo | Passivo |
|---|---|---|---|
| FIDC Driver One | 07/2012 | 899.462 | 1.007.150 |
| FIDC Driver Two | 12/2013 | 1.021.745 | 1.067.758 |
| FIDC Driver Three | 12/2015 | 1.096.939 | 1.083.880 |
| | | 3.018.146 | 3.158.788 |

**ii) Saldo contábil**

| | Ativo | | Passivo | |
|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| FIDC Driver One | 35.261 | 135.117 | 59.921 | 166.259 |
| FIDC Driver Two | 205.733 | 500.600 | 218.936 | 522.604 |
| FIDC Driver Three | 1.023.089 | - | 1.006.899 | - |
| | 1.264.083 | 635.717 | 1.285.756 | 688.863 |

**(d) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

2015

| | Curso anormal | | Curso normal | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nível de Risco | Vincendas | Vencidos | Vincendas | Total | Provisão |
| AA | - | - | 488.481 | 488.481 | 77 |
| A | - | - | 13.023.574 | 13.023.574 | 67.251 |
| B | 470.555 | 33.897 | 1.782.708 | 2.287.160 | 22.875 |
| C | 316.763 | 26.485 | 1.424.452 | 1.767.700 | 53.094 |
| D | 214.779 | 23.079 | 307.522 | 545.380 | 54.566 |
| E | 165.115 | 30.299 | 235.576 | 430.990 | 129.329 |
| F | 89.943 | 26.362 | 25.199 | 141.504 | 73.911 |
| G | 64.083 | 16.757 | 11.114 | 91.954 | 64.368 |
| H | 260.043 | 130.073 | 105.312 | 495.428 | 495.428 |
| | 1.581.281 | 286.952 | 17.403.938 | 19.272.171 | 960.899 |

2014

| | Curso anormal | | Curso normal | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nível de Risco | Vincendas | Vencidos | Vincendas | Total | Provisão |
| AA | - | - | 452.390 | 452.390 | 76 |
| A | - | - | 16.422.747 | 16.422.747 | 85.444 |
| B | 403.823 | 27.802 | 2.557.330 | 2.988.955 | 29.890 |
| C | 287.261 | 20.092 | 1.283.466 | 1.590.819 | 47.725 |
| D | 130.668 | 15.948 | 409.437 | 556.053 | 55.690 |
| E | 93.913 | 17.808 | 225.979 | 337.700 | 101.444 |
| F | 66.661 | 11.968 | 14.018 | 92.647 | 46.323 |
| G | 52.240 | 12.505 | 8.126 | 72.871 | 51.010 |
| H | 249.175 | 101.002 | 91.433 | 441.610 | 441.610 |
| | 1.283.741 | 207.125 | 21.464.926 | 22.955.792 | 859.212 |

**(e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

2015

| vincendas | Curso anormal | Curso normal | Total |
|---|---|---|---|
| Até 180 dias | 432.013 | 5.944.468 | 6.376.481 |
| De 181 a 360 dias | 336.535 | 3.334.141 | 3.670.676 |
| Acima de 361 dias | 812.733 | 8.078.954 | 8.891.687 |
| | 1.581.281 | 17.357.563 | 18.938.844 |
| **vencidos** | | | |
| De 01 a 14 dias | 10.697 | 46.375 | 57.072 |
| De 15 a 60 dias | 121.391 | - | 121.391 |
| De 61 a 180 dias | 103.884 | - | 103.884 |
| De 181 a 360 dias | 50.980 | - | 50.980 |
| | 286.952 | 46.375 | 333.327 |
| | 1.868.233 | 17.403.938 | 19.272.171 |

2014

| vincendas | Curso anormal | Curso normal | Total |
|---|---|---|---|
| Até 180 dias | 358.633 | 7.405.881 | 7.764.514 |
| De 181 a 360 dias | 285.609 | 3.893.426 | 4.179.035 |
| Acima de 361 dias | 639.499 | 10.123.015 | 10.762.514 |
| | 1.283.741 | 21.422.322 | 22.706.063 |
| **vencidos** | | | |
| De 01 a 14 dias | 9.452 | 42.604 | 52.056 |
| De 15 a 60 dias | 90.135 | - | 90.135 |
| De 61 a 180 dias | 70.605 | - | 70.605 |
| De 181 a 360 dias | 36.933 | - | 36.933 |
| | 207.125 | 42.604 | 249.729 |
| | 1.490.866 | 21.464.926 | 22.955.792 |

**(f) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Pessoas físicas | 7.579.727 | 8.578.138 |
| Outros serviços | 6.297.565 | 7.538.227 |
| Comércio | 4.430.864 | 5.621.586 |
| Indústria | 910.981 | 1.158.791 |
| Rural | 37.287 | 49.068 |
| Habitação | 12.777 | 9.049 |
| Intermediário financeiro | 2.970 | 933 |
| | 19.272.171 | 22.955.792 |

**(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

| | 2º semestre | Exercícios | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2015 | 2014 |
| Saldo inicial | 873.684 | 859.212 | 915.391 |
| Constituição de provisão | 277.020 | 509.481 | 429.841 |
| Baixas por utilização | (189.805) | (407.794) | (486.020) |
| Saldo final | 960.899 | 960.899 | 859.212 |

Foram recuperados créditos no montante de R$ 276.725 (2014 - R$ 208.782). Foram renegociados créditos no montante de R$ 91.089 (2014 - R$ 55.762) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R$ 157.383 (2014 - R$ 122.110).

## 7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a)) | 465.688 | 413.007 |
| Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito | 153.997 | 166.734 |
| Impostos e contribuições a compensar | 140.606 | 116.188 |
| Opções por incentivos fiscais | 244 | 244 |
| Total | 760.535 | 696.173 |
| Circulante | 256.187 | 257.507 |
| Realizável a longo prazo | 504.348 | 438.666 |

## 8. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se, principalmente, a comissões originadas pelas operações de crédito e arrendamento mercantil, registradas na rubrica despesas antecipadas, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos que foram emitidos até 31 de dezembro de 2014. As despesas apropriadas no exercício findo em 31 de dezembro são de R$ 94.222 (2014 - R$ 163.400) (Nota 20 (d)). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R$ 54.999 (2014 - R$ 148.395).

## 9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

| | Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. | | |
|---|---|---|---|
| | 2º semestre | Exercícios | |
| Informações sobre a investida: | 2015 | 2015 | 2014 |
| Número de quotas | 300.006.232 | 300.006.232 | 300.006.232 |
| Participação no capital | 99,99% | 99,99% | 99,99% |
| Lucro líquido do semestre/exercícios | 47.147 | 82.144 | 8.317 |
| Patrimônio líquido | 267.721 | 267.721 | 185.577 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 47.147 | 82.144 | 8.317 |
| Investimento | 267.721 | 267.721 | 185.577 |

## 10. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 107,0% do CDI (2014 - 98,0% a 106,9% do CDI). Em 31 de dezembro, é composta como segue:

| | 2015 | | 2014 | |
|---|---|---|---|---|
| | Interfinanceiros | A prazo | Interfinanceiros | A prazo |
| Até 90 dias | 60.812 | 992.486 | 278.336 | 1.422.252 |
| De 91 a 365 dias | 34.074 | 314.006 | - | 1.161.202 |
| De 1 a 3 anos | - | 376.908 | - | 849.876 |
| Acima de 3 anos | - | 132.944 | - | 64.293 |
| Total | 94.886 | 1.816.344 | 278.336 | 3.497.623 |
| Circulante | 94.886 | 1.306.492 | 278.336 | 2.583.454 |
| Exigível a longo prazo | - | 509.852 | - | 914.169 |

## 11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na CETIP, no montante de R$ 2.798.041, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 99,0% a 106,5% do CDI, com vencimento até 2017 (2014 - R$ 2.716.673 - 100,0% a 106,8% do CDI, com vencimento até 2016).

## 12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país e no exterior no valor de EUR 75.000 (2014 - EUR 265.000) e USD 810.000 (2014 - USD 880.201), os quais equivalem, em 31 de dezembro, a R$ 319.860 (2014 - R$ 856.719) e R$ 3.162.888 (2014 - R$ 2.337.991), respectivamente. O montante das obrigações por empréstimos atualizado em 31 de dezembro é de R$ 3.622.491, (2014 - R$ 3.184.130) a taxas de juros pré-fixadas que variam de 1,5% a 3,4% ao ano (2014 - 1,1% a 2,4% ao ano). As captações em Euro foram realizadas com o grupo Volkswagen no exterior (Nota 19).

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

Em 31 de dezembro, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos são:

| | Obrigações por empréstimos | | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | | 2014 |
| | No exterior | No país | No exterior |
| Até 90 dias | 2.478.999 | 587 | 538.402 |
| De 91 a 365 dias | 669.385 | 198.630 | 1.881.975 |
| De 1 a 3 anos | 196.294 | 78.596 | 763.753 |
| Total | 3.344.678 | 277.813 | 3.184.130 |
| Circulante | 3.148.384 | 199.217 | 2.420.377 |
| Exigível a longo prazo | 196.294 | 78.596 | 763.753 |

## 13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Até 90 dias | 839.652 | 902.340 |
| De 91 a 365 dias | 2.221.343 | 2.562.939 |
| De 1 a 3 anos | 3.593.428 | 4.536.868 |
| Acima de 3 anos | 896.630 | 1.487.247 |
| Total | 7.551.053 | 9.489.394 |
| Circulante | 3.060.995 | 3.465.279 |
| Exigível a longo prazo | 4.490.058 | 6.024.115 |

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS E PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

**(a)** Em 31 de dezembro, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, provisão para passivos contingentes e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

| | Fiscais e previdenciárias | | Depósitos e bloqueios judiciais | |
|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Obrigações tributárias correntes (i) | 85.861 | 81.079 | - | - |
| Obrigações tributárias (Nota 14 (c)) | 492.481 | 587.729 | 411.445 | 364.442 |
| Passivos tributários diferidos, principalmente oriundos de superveniência de depreciação (Nota 18 (c)) | 59.564 | 80.202 | - | - |
| Total | 637.906 | 749.010 | 411.445 | 364.442 |
| Circulante | 64.118 | 193.467 | - | - |
| Exigível / realizável a longo prazo | 573.788 | 555.543 | 411.445 | 364.442 |

(i) Referem-se, basicamente, à provisão para imposto de renda e contribuição social.

| | Provisão para passivos contingentes | | Depósitos e bloqueios judiciais | |
|---|---|---|---|---|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c)) | 11.602 | 13.886 | 9.816 | 10.920 |
| Reclamações cíveis (Nota 14 (c)) | 243.843 | 143.418 | 44.427 | 37.645 |
| Outras provisões | 57 | 780 | - | - |
| Total | 255.502 | 158.084 | 54.243 | 48.565 |
| Circulante | - | 780 | - | 1.863 |
| Exigível / realizável a longo prazo | 255.502 | 157.304 | 54.243 | 46.702 |

**(b)** Em 31 de dezembro, a movimentação da provisão para passivos contingentes e das obrigações tributárias é demonstrada a seguir:

| | Provisão para passivos contingentes | | | Obrigações tributárias | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2º semestre | Exercícios | | 2º semestre | Exercícios | |
| | 2015 | 2015 | 2014 | 2015 | 2015 | 2014 |
| Saldo inicial | 161.808 | 158.084 | 128.112 | 630.000 | 587.729 | 965.534 |
| Constituição (i) | 123.096 | 149.688 | 71.540 | 27.912 | 64.758 | 143.612 |
| Reversão | (16.723) | (34.565) | (25.615) | (175.882) | (175.882) | (216.609) |
| Baixas | (14.005) | (21.154) | (15.953) | (29.085) | (42.347) | (397.920) |
| Atualização monetária | 1.326 | 3.449 | - | 39.536 | 58.223 | 93.112 |
| Saldo final | 255.502 | 255.502 | 158.084 | 492.481 | 492.481 | 587.729 |

(i) Refere-se, basicamente a constituição de provisão para passivos contingentes de ação cível.

A administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para passivos contingentes conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

**(c)** A natureza das obrigações tributárias e provisão para passivos contingentes pode ser sumariada como segue:

Obrigações tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS no montante de R$ 23.603 (2014 - R$ 21.488), de outras receitas além daquelas alcançadas pelo conceito de faturamento e quanto à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% no montante de R$ 247.916 (2014 - R$ 205.651) e de 15% para 20% no montante de R$ 2.364 (2014 - nil).

Reclamações trabalhistas - tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, pagamentos de horas extras, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial.

Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, buscando rever cláusulas contratuais sob a alegação de abusividade, as quais são provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

**(d)** Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais e Débitos do Estado de São Paulo

Refis - COFINS (artigo 39 da Lei nº 12.865/13)

A Instituição aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pelo artigo 39 da Lei nº 12.865/13, com a atual redação dada pela Lei nº 12.973/14, referente aos débitos para com a Fazenda Nacional relativos à COFINS, de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras, vencidos até 31 de dezembro de 2013.

Em outubro de 2014, logo após a ciência da homologação proferida pelo juízo competente, houve o reconhecimento do programa registrado no resultado, em contrapartida à reversão da provisão constituída, sobre a desistência parcial expressa e irrevogável apresentada nos autos das ações judiciais que tiveram como objeto os débitos anistiados.

Após o trânsito em julgado do processo, em julho de 2015 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou a sua manifestação nos autos do processo, e esta implicou no reconhecimento da inexistência de qualquer residual de COFINS a cobrar. Desta forma, em setembro de 2015 houve o reconhecimento do programa registrado no resultado no montante de R$ 134.750.

Refis - IRPJ (Lei nº 11.941/09)

A Instituição aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Federais denominado "Refis da Crise", previsto nas Leis nº 12.996/14, 12.249/10 e 11.941/09, com a nova redação dada pela Lei nº 13.043/14, para liquidação de débitos relativos aos efeitos da Lei nº 8.200/92, perante à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil com vencimento até 31 de dezembro de 2013.

Em novembro de 2015, logo após a ciência da homologação proferida pelo juízo competente, houve o reconhecimento do programa registrado no resultado no montante de R$ 25.886.

Refis - IPVA (Lei nº 15.387/14)

A Instituição aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos do Estado de São Paulo - PPD, para liquidação de débitos, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de novembro de 2013.

Em novembro de 2015, logo após a ciência da homologação proferida pelo juízo competente, houve o reconhecimento do programa registrado no resultado no montante de R$ 15.246.

**(e)** Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados.

A Instituição tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| CPMF (i) | 51.679 | 47.472 |
| INSS (ii) | 23.358 | 21.849 |
| IRPJ/CSLL (iii) | 236.832 | 230.096 |
| IOF (iv) | 615.255 | 507.486 |
| ISS (v) | 97.239 | 87.355 |
| Outros (vi) | 43.754 | 32.301 |
| | 1.068.117 | 926.559 |
| Cíveis | | |
| Ação revisional | 13.551 | 27.690 |
| | 13.551 | 27.690 |
| Trabalhistas | | |
| Contingências trabalhistas | 5.522 | 6.102 |
| | 5.522 | 6.102 |

(i) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.

(ii) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento.

(iii) Trata-se de duas autuações de IRPJ/CSLL e multa relacionadas à amortização do ágio, sendo que a primeira refere-se aos períodos de 2008 a 2010 e a segunda, recebida no segundo semestre de 2014, refere-se aos períodos de 2011 a 2012. Ambas são decorrentes da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iv) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, anteriormente avaliada como risco remoto e alterada após trâmite do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em 2014.

(v) A Instituição recebeu um auto de infração em 2014, acerca da incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil.

(vi) Referem-se, principalmente, a casos de discussões de imposto de renda onde o foco principal são compensações tributárias.

## 15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

| | Valor original da operação | | Saldo | |
|---|---|---|---|---|
| Prazo até o vencimento | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| CDB Subordinado | | | | |
| Até 1 ano | - | 170.000 | - | 297.894 |
| | - | 170.000 | - | 297.894 |
| Letra Financeira Subordinada | | | | |
| Até 1 ano | 210.633 | - | 377.334 | - |
| De 1 a 3 anos | 108.325 | 265.986 | 176.600 | 410.585 |
| De 3 a 5 anos | 106.627 | 101.354 | 170.351 | 147.825 |
| De 5 a 10 anos | 453.008 | 426.303 | 699.380 | 602.738 |
| Acima de 10 Anos | 421.636 | 506.586 | 566.316 | 637.358 |
| | 1.300.229 | 1.300.229 | 1.989.981 | 1.798.506 |
| | 1.300.229 | 1.470.229 | 1.989.981 | 2.096.400 |

Do total das operações, o montante de R$ 1.630.201 é remunerado a taxas pré-fixadas que variam de 8,7% a 11,0% ao ano (2014 - R$ 1.485.462, a taxas de 8,7% a 11,0% ao ano) e o restante, no montante de R$ 359.780, a taxas pós-fixadas de 112,0% do CDI (2014 - R$ 610.938, a taxas de 112,0% a 119,0% do CDI).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 31 de dezembro de 2015, o montante referente a esses passivos é de R$ 912.948 (2014 - R$ 890.919). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, conforme artigo 27 da referida Resolução, é de R$ 966.196 (2014 – R$ 846.768).

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 6 (c)) | 1.285.756 | 688.863 |
| Contratos de financiamentos a pagar | 64.935 | 130.332 |
| Contas a pagar | 49.751 | 56.967 |
| Recebimentos em trânsito a processar | 18.946 | 7.845 |
| Provisão para obrigações contratuais | 5.129 | 5.129 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 11.815 | 10.481 |
| Total | 1.436.332 | 899.617 |
| Circulante | 902.442 | 581.656 |
| Exigível a longo prazo | 533.890 | 317.961 |

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo Banco Central do Brasil é representado por 312.956.418 (2014 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2015, foram tomadas as seguintes deliberações:

(i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R$ 286.167.

(ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2015 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculado mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R$ 163.833 foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R$ 968.204 (2014 - R$ 852.380), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

**(a) Período de realização**

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | De 2020 a 2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Imposto de renda e contribuição social | 555.889 | 317.978 | 13.919 | 17.738 | 62.680 |

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro totaliza R$ 808.975 (2014 - R$ 715.661) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

continua...

...continuação

# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49

Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF
Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras
Associado
Mantenedor - desde 2010
IBGC
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
**Em milhares de reais**

**(b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social**

| | 2º semestre | Exercícios | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2015 | 2014 |
| Resultado antes da tributação | 199.290 | 443.865 | 567.702 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | (89.680) | (199.739) | (227.081) |
| Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre: | | | |
| Adições (exclusões) permanentes e temporárias | (2.945) | (4.297) | (11.832) |
| Juros sobre capital próprio (Nota 17) | 73.725 | 73.725 | - |
| Equivalência patrimonial | 22.966 | 36.964 | 3.326 |
| Deduções de incentivos fiscais (Nota 20 (f)) | 3.151 | 3.501 | 1.462 |
| Ajuste de período anterior | - | 1.801 | 2.237 |
| Efeito majoração da CSLL (5%) - Crédito Tributário | 94.281 | 94.281 | - |
| Outros | (32.086) | (19.401) | 74.862 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre / exercícios | 69.412 | (13.165) | (157.026) |

**(c) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos**

| | Créditos tributários | | | Passivos tributários diferidos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2º semestre | Exercícios | | 2º semestre | Exercícios | |
| | 2015 | 2015 | 2014 | 2015 | 2015 | 2014 |
| Saldo inicial | 857.529 | 852.380 | 1.046.083 | 56.736 | 80.202 | 193.126 |
| Constituição | 404.911 | 654.651 | 476.128 | 7.322 | 18.052 | 13.269 |
| Realização | (294.236) | (538.827) | (669.831) | (4.494) | (38.690) | (126.193) |
| Saldo final | 968.204 | 968.204 | 852.380 | 59.564 | 59.564 | 80.202 |

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| | 2º semestre | | | Exercícios | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Receita (Despesa) | Ativo (Passivo) | | Receita (Despesa) | |
| | 2015 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| **Volkswagen Serviços Ltda.** | | | | | |
| Despesas de prestação de serviços | (125.646) | - | - | (242.292) | (229.215) |
| Depósitos a prazo | (2.741) | (53.959) | (38.524) | (4.053) | (2.374) |
| **Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.** | | | | | |
| Depósitos a prazo | (15.723) | (214.078) | (195.924) | (28.404) | (15.215) |
| **Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.** | | | | | |
| Depósitos a prazo | (3.142) | (31.656) | (65.215) | (7.241) | (6.043) |
| **Assivalo Prestação de Serviços Auxiliares do Setor de Seguros Ltda.** | | | | | |
| Depósitos a prazo | (124) | (1.887) | (1.635) | (225) | (164) |
| **Simple Way Locações e Serviços Ltda.** | | | | | |
| Depósitos a prazo | (1.634) | (59.901) | (10) | (1.635) | (1) |
| **Volkswagen Participações Ltda.** | | | | | |
| Depósitos a prazo | (41) | (15.180) | (12) | (41) | (1) |
| **Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.** | | | | | |
| Depósitos a prazo | - | - | (310.467) | (672) | (32.622) |
| Letras financeiras subordinadas | (100.577) | (1.989.981) | (1.798.506) | (191.475) | (165.363) |
| Contas a receber | - | - | 38 | - | - |
| **MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.** | | | | | |
| Contas a receber | - | - | 2.655 | - | - |
| **Volkswagen Financial Services NV - Amsterdam** | | | | | |
| Obrigações por empréstimos no exterior | (183.250) | (334.477) | (859.806) | (270.127) | (18.023) |

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

**Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

| | 2º semestre | Exercícios | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2015 | 2014 |
| Benefícios de curto prazo | 3.190 | 9.473 | 11.576 |
| Benefícios pós-emprego | 114 | 213 | 242 |
| Outros benefícios de longo prazo | - | 924 | 738 |
| | 3.304 | 10.610 | 12.556 |

A remuneração do pessoal-chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

**(a)** Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu a diretoria da área de *Back Office* como a responsável pela sua gestão, e a área de Riscos, subordinada a esta diretoria, como responsável por estabelecer políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.380/06 e Circular BACEN nº 3.678/13, a Instituição estabeleceu a diretoria da área de *Back Office* como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos, subordinada a esta diretoria, tem a responsabilidade de estabelecer metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento dos riscos, além de divulgar e disseminar tais elementos de gestão de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em base histórica, identifica e monitora os riscos operacionais em toda organização, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;

(iii) Risco de Mercado - em conformidade com a Resolução do CMN n 3.464/07, a área de gerenciamento de risco de mercado atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de *Middle Office*. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos;

(iv) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN n 4.090/12, a área de gerenciamento de risco de liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de *Middle Office*. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As atividades funcionais do gerenciamento de capital são realizadas nas áreas da diretoria de *Back Office*; as decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes da estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Gestão de Capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.

**(b) Outras despesas administrativas**

| | 2º semestre | Exercícios | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2015 | 2014 |
| Despesas com serviços especializados | 170.282 | 307.912 | 288.630 |
| Despesas com registro de contrato | 16.555 | 35.922 | 38.841 |
| Despesas com publicidade | 14.658 | 16.886 | 14.818 |
| Despesas de comunicação e manutenção | 8.133 | 16.418 | 15.780 |
| Despesas com depreciação e amortização | 4.316 | 9.051 | 12.853 |
| Outras despesas administrativas | 3.268 | 6.484 | 8.451 |
| | 217.212 | 392.673 | 379.373 |

**(c) Outras receitas operacionais**

| | 2º semestre | Exercícios | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2015 | 2014 |
| Reversão de provisões (i) | 174.462 | 177.532 | 220.752 |
| Recuperação de encargos e despesas (ii) | 38.370 | 54.555 | 37.053 |
| Variação monetária ativa (iii) | 24.321 | 51.053 | 68.421 |
| Outras receitas operacionais | 6.152 | 10.602 | 2.520 |
| | 243.305 | 293.742 | 328.746 |

(i) Refere-se, principalmente, à reversão de provisão de COFINS (Nota 14 (d)).
(ii) Refere-se, principalmente, à recuperação de despesas com registro de contratos e com tributos.
(iii) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

**(d) Outras despesas operacionais**

| | 2º semestre | Exercícios | |
|---|---|---|---|
| | 2015 | 2015 | 2014 |
| Despesas com provisões operacionais (i) | 111.116 | 126.566 | 167.027 |
| Despesas com descontos concedidos | 81.227 | 152.305 | 86.304 |
| Despesas com comissões | 46.151 | 99.636 | - |
| Despesas com comissões diferidas (Nota 8) | 36.714 | 94.222 | 163.400 |
| Variação monetária passiva (ii) | 40.861 | 61.672 | 93.112 |
| Despesas com busca e apreensão | 24.955 | 45.847 | 45.438 |
| Outras despesas operacionais | 26.135 | 38.237 | 36.948 |
| | 367.159 | 618.485 | 592.229 |

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões de passivos contingentes e obrigações tributárias.
(ii) Refere-se à atualização monetária de obrigações tributárias (Nota 14 (b)) que tiveram seus depósitos judiciais atualizados no mesmo montante.

**(e) Rendas de tarifas bancárias**

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

**(f) Resultado não operacional**

Refere-se, principalmente, à despesa com destinação de parte do imposto de renda - incentivos fiscais (Lei Rouanet) no montante de R$ 3.501 (2014 - R$ 1.462) e ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R$ 25.346 (2014 - R$ 20.422).

**(g) Avais e fianças**

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro totaliza R$ 5.727 (2014 - R$ 5.216).

## DIRETORIA

DÉCIO CARBONARI DE ALMEIDA
RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA
THIERRY ROLAND SORET

## CONTADOR

JOSÉ CARLOS GOBBO JUNIOR
CRC 1SP291532/O-8

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 04 (quatro) membros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2015, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2017.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de aferição da qualidade dos processos, na avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos e na avaliação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2015, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (iv) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de negócios, gestão de riscos, produtos, tecnologia, operações, jurídico, tributário, contabilidade, controles internos, compliance e recursos humanos; e (v) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações recebidas da Administração, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, ou regulamentos e políticas internas que possam colocar em risco a continuidade das operações do Banco Volkswagen.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação de seu plano anual e do acompanhamento de sua execução, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de março de 2016.
O Comitê de Auditoria
Décio Carbonari de Almeida - Presidente
Rafael Vieira Teixeira — Thierry Roland Soret
Norberto Valdrigue - Membro Qualificado

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Volkswagen S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(g)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2016

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

# Banco Volkswagen S.A. - CNPJ nº 59.109.165/0001-49

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ELABORADAS DE ACORDO COM OS PADRÕES INTERNACIONAIS - IFRS

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em milhares de reais

**ATIVO**

| | Em 31 de dezembro 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.899.870 | 1.577.085 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 581.496 | 207.938 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 71.274 | - |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil | 9.811.300 | 11.604.845 |
| Ativos fiscais | | |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 132.056 | 112.044 |
| Outros ativos | 305.749 | 320.864 |
| Outros valores e bens | 2.635 | 287 |
| | **12.804.380** | **13.823.063** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 19.807 | 29.732 |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil | 8.947.864 | 11.029.419 |
| Ativos fiscais | | |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 124.261 | 119.829 |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 870.784 | 714.892 |
| Outros ativos | 846.711 | 761.682 |
| Outros valores e bens | 410 | 177 |
| Imobilizado | 64.273 | 25.961 |
| Intangível | 43.128 | 44.293 |
| | **10.917.238** | **12.725.985** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **23.721.618** | **26.549.048** |

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | Em 31 de dezembro 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | |
| Depósitos | 1.039.897 | 2.861.790 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 7.241.044 | 6.276.633 |
| Recursos de letras financeiras | 1.962.118 | 988.218 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.045 | - |
| Tributos a recolher | 31.216 | 30.165 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 65.822 | 59.656 |
| Outros passivos | 278.463 | 331.177 |
| Dívidas subordinadas | 377.334 | 297.893 |
| Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias | 6.879 | 141.847 |
| | **11.003.818** | **10.987.379** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | |
| Depósitos | 509.852 | 612.862 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 5.278.719 | 7.065.068 |
| Recursos de letras financeiras | 835.389 | 1.727.954 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 12.048 | 21.273 |
| Tributos a recolher | 30.207 | 30.207 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 217.424 | 191.333 |
| Outros passivos | 29.449 | 38.974 |
| Dívidas subordinadas | 1.612.647 | 1.798.506 |
| Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias | 793.192 | 675.370 |
| | **9.318.927** | **12.161.547** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **20.322.745** | **23.148.926** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | |
| **CAPITAL SOCIAL E RESERVAS ATRIBUÍDOS AOS ACIONISTAS DO BANCO** | | |
| Capital social | 1.307.883 | 1.307.883 |
| Reserva de lucros | 1.984.082 | 2.003.019 |
| | **3.291.965** | **3.310.902** |
| Participação dos não controladores | 106.908 | 89.220 |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **3.398.873** | **3.400.122** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **23.721.618** | **26.549.048** |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Receitas de juros e rendimentos similares | 2.845.688 | 2.876.486 |
| Despesas de juros e encargos similares | (1.576.025) | (1.537.973) |
| **RECEITA LÍQUIDA DE JUROS** | **1.269.663** | **1.338.513** |
| Receita de prestação de serviços | 216.185 | 272.461 |
| Receita de comissões na venda de seguros | 66.364 | 71.858 |
| Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil | (601.922) | (334.051) |
| Despesas gerais e administrativas | (475.506) | (445.994) |
| Outras receitas operacionais | 346.912 | 395.758 |
| Outras despesas operacionais | (329.140) | (497.347) |
| **LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | **492.556** | **801.198** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (173.552) | (96.509) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 129.801 | (149.217) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **448.805** | **555.472** |
| **ATRIBUÍVEL A:** | | |
| Acionistas do Banco | **431.063** | **531.738** |
| Participação dos não controladores | **17.742** | **23.734** |
| **LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DO BANCO (EXPRESSO EM REAIS POR AÇÃO)** | **1,38** | **1,70** |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO
Em milhares de reais

| | Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **448.805** | **555.472** |
| **OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE** | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | | |
| Remensurações em obrigações de plano de pensão | (54) | (552) |
| **TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **448.751** | **554.920** |
| **ATRIBUÍVEL A:** | | |
| Acionistas do Banco | 431.063 | 531.738 |
| Participação dos não controladores | 17.688 | 23.182 |

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em milhares de reais

| | Atribuível aos acionistas do Banco | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Reservas de lucros | | | | | | |
| | Capital social | Subvenção de incentivos fiscais | Reserva legal | Reserva especial de lucros | Lucros acumulados | Total | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido |
| **Em 31 de dezembro de 2013** | **1.307.883** | **18.515** | **75.407** | **1.377.359** | **-** | **2.779.164** | **66.412** | **2.845.576** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 531.738 | 531.738 | 23.734 | 555.472 |
| Remensurações em obrigações de plano de pensão | - | - | - | - | - | - | (552) | (552) |
| Destinação do resultado | | | | | | | | |
| Transferência entre reservas | - | - | 20.534 | 511.204 | (531.738) | - | - | - |
| Redução (aumento) de participação de acionistas não controladores | - | - | - | - | - | - | (374) | (374) |
| **Em 31 de dezembro de 2014** | **1.307.883** | **18.515** | **95.941** | **1.888.563** | **-** | **3.310.902** | **89.220** | **3.400.122** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 431.063 | 431.063 | 17.742 | 448.805 |
| Remensurações em obrigações de plano de pensão | - | - | - | - | - | - | (54) | (54) |
| Destinação do resultado | | | | | | | | |
| Transferência entre reservas | - | - | 21.535 | 409.528 | (431.063) | - | - | - |
| Dividendos pagos e juros sobre capital próprio | - | - | - | (450.000) | - | (450.000) | - | (450.000) |
| **Em 31 de dezembro de 2015** | **1.307.883** | **18.515** | **117.476** | **1.848.091** | **-** | **3.291.965** | **106.908** | **3.398.873** |

### RECONCILIAÇÃO ENTRE BRGAAP E IFRS APLICÁVEIS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E AO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
Em milhares de reais

| | Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2015 | 2014 | Resultado abrangente em 2015 |
|---|---|---|---|
| **DE ACORDO COM O BRGAAP (PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA EXCLUINDO-SE PARTICIPAÇÕES DE NÃO CONTROLADORES)** | **2.602.070** | **2.621.370** | **430.700** |
| **AJUSTES QUE AFETAM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE BRGAAP E IFRS** | **689.895** | **689.531** | **363** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 549.824 | 640.503 | (90.679) |
| Método da taxa efetiva de juros para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos | 412.720 | 317.582 | 95.138 |
| Método da taxa efetiva de juros para emissão de recursos de letras financeiras | 1.447 | 1.355 | 92 |
| Outros ajustes | 347 | (417) | 764 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre todos os ajustes IFRS | (274.443) | (269.491) | (4.952) |
| **DE ACORDO COM O IFRS - ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES** | **3.291.965** | **3.310.902** | **431.063** |
| **DE ACORDO COM O IFRS - ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES** | **106.908** | **89.220** | **17.688** |
| **TOTAL** | **3.398.873** | **3.400.122** | **448.751** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
Em milhares de reais

| | Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| Lucro líquido do exercício | 448.805 | 555.472 |
| Ajustes ao lucro líquido: | | |
| Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil | 601.922 | 334.051 |
| Depreciação e amortização | 18.566 | 19.843 |
| (Lucro) / prejuízo na alienação de imobilizado / intangível | 839 | 6.307 |
| Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias | 202.386 | (99.528) |
| Juros de dívidas subordinadas | 204.220 | 199.606 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (129.801) | 149.217 |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS ANTES DAS VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS (i)** | **1.346.937** | **1.164.968** |
| Redução (aumento) em ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos | (443.087) | (95.900) |
| Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil | 3.273.179 | 4.974 |
| Redução (aumento) em outros ativos e outros valores e bens | 7.462 | 184.146 |
| Aumento (redução) em depósitos | (1.924.903) | (3.606.171) |
| Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses | (821.938) | 1.458.701 |
| Aumento (redução) em recursos de letras financeiras | 81.335 | 1.167.185 |
| Aumento (redução) em tributos a recolher | 1.050 | 402 |
| Aumento (redução) em outros passivos | (62.241) | (46.435) |
| Aumento (redução) em provisões para passivos contingentes | (219.532) | (238.098) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (98.286) | (339.678) |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **1.139.976** | **(345.906)** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aquisições de imobilizado / intangível | (64.069) | (44.483) |
| Alienações de imobilizado / intangível | 7.517 | 4.488 |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **(56.552)** | **(39.995)** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Aumento (redução) em obrigações por dívidas subordinadas | (310.639) | 57.492 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | (450.000) | - |
| **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **(760.639)** | **57.492** |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **322.785** | **(328.409)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.577.085 | 1.905.494 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1.899.870 | 1.577.085 |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **322.785** | **(328.409)** |
| **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA** | | |
| Juros recebidos | 2.734.272 | 2.793.856 |
| Juros pagos | 602.777 | 577.262 |

(i) Inclui os valores de juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima.

**DIRETORIA**

DÉCIO CARBONARI DE ALMEIDA — RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA — THIERRY ROLAND SORET

**CONTADOR**

JOSÉ CARLOS GOBBO JUNIOR
CRC 1SP291532/O-8

A íntegra das Demonstrações Financeiras Consolidadas com suas Notas Explicativas, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, está divulgada no site www.bancovw.com.br.